

REGIÃO, PODER e ELITE: *itinerário teórico-metodológico para apreender Raimundo José da Cunha Mattos como objeto de investigação histórica*

RICARDO DE CASTRO E SILVA*

RESUMO:

Compartilhando com Paul Veyne a ideia de que a constituição do objeto de pesquisa perpassa as vivências do sujeito que concebe o objeto pesquisado; foi necessário narrar os contornos teórico-metodológicos referentes às categorias região, poder e elite tornando possível investigar historicamente a atuação político-militar de Raimundo José da Cunha Mattos na função de Governador das Armas da Província de Goyaz entre 1823 a 1826 inserido na dinâmica da centralização político-administrativa promovida na formação do Estado Imperial. Cabe destacar que a produção historiográfica referente ao tenente-coronel de origem portuguesa para a adesão da Província de Goyaz no processo de formação do Estado Imperial ainda são incipientes; fato que justifica a investigação referente à sua atuação pela região provincial goiana, bem como as relações que estabeleceu com as milícias, as tropas regulares e os paisanos. Parte do pressuposto que a presença do Governador das Armas na Província de Goyaz acirrou as rivalidades pelo poder entre as elites locais. Por outro lado a presença de Cunha Mattos foi fundamental para o comprometimento da elite provincial com o projeto de centralização política-administrativa do Império. Portanto, contribuiu para a consecução do “pacto político” na Província de Goyaz mimetizado pelo projeto centralizador da Monarquia Constitucional responsável pela criação do aparato político-administrativo imperial na esfera provincial. A projeção da Monarquia Constitucional na Província de Goyaz ocorre por meio do ordenamento jurídico dado pelos deputados constituintes na Assembleia Geral Constituinte e Legislativa de 1823 com a Lei de 20 de outubro de 1823 e posteriormente pela Constituição outorgada em 1824 refletindo nas rivalidades pelo poder da elite política da Província de Goyaz na forma de embates e acomodações. Partindo do que foi exposto referente às estratégias político-militares de Raimundo José da Cunha Mattos na dinâmica político-econômica da região da Província de Goyaz entre 1823 a 1826, contexto de formação do

*Mestrando em História pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Bolsista FAPEG.

Estado Imperial; pretende-se minimamente discutir os contornos teórico-metodológico da pesquisa histórica a partir das categorias de análise região, poder e elites e suas pertinências para apreender Raimundo José da Cunha Mattos como objeto de investigação histórica.

PALAVRAS-CHAVE: Região, poder, elite.

1.0) INTRODUÇÃO: *narrando o problema*

Compartilhando com Paul Veyne a ideia de que a constituição do objeto de pesquisa perpassa as vivências do sujeito que concebe o objeto pesquisado; tornou-se necessário narrar os contornos teórico-metodológicos referentes às categorias região, poder e elite tornando possível investigar historicamente a atuação político-militar de Raimundo José da Cunha Mattos na função de Governador das Armas da Província de Goyaz entre 1823 a 1826 inserido na dinâmica da centralização político-administrativa promovida na formação do Estado Imperial.

Cabe destacar que a produção historiográfica referente ao tenente-coronel de origem portuguesa para a adesão da Província de Goyaz no processo de formação do Estado Imperial ainda são incipientes; fato que justifica a investigação referente à sua atuação pela região provincial goiana, bem como as relações que estabeleceu com as milícias, as tropas regulares e os paisanos.

Entre os poucos trabalhos que aproximam da temática destacam a dissertação mestrado “Império e Região: a dinâmica do processo de independência e a elite política de Goiás (1820-1831)”, o autor interpreta os embates entre a Junta de Governo com Raimundo José da Cunha Mattos remetendo ao “status” burocrático do cargo de Governador das Armas, atribuindo ao “ciúme” a condução da cisão entre o alto estamento burocrático de origem lusitana e a aristocracia da terra vinculada aos interesses da administração provincial.

Também como dissertação de mestrado intitulada “Raimundo José da Cunha Mattos (1776-1839): a pena e a espada a serviço da pátria” a autora apresenta a trajetória de Raimundo José da Cunha Mattos no período que viveu no Brasil entre 1817 a 1839 centrando a análise na formação militar e intelectual, na produção intelectual, na participação política e na escolha pela “nova pátria”.

Ainda na perspectiva da trajetória de vida e profissional de Cunha Mattos, destaca a tese de doutoramento “Nos caminhos do Império: a trajetória de Raimundo José da Cunha Mattos”, onde a autora propõe refletir sobre as relações entre a trajetória de vida e profissional de Cunha Mattos e as mudanças políticas do período compreendido entre 1776 a 1839.

Os trabalhos citados acima, apesar da relevância acadêmica não aprofundam na questão das estratégias militares de Cunha Mattos para manter a unidade territorial da Província de Goyaz e para a adesão da elite provincial ao projeto de centralização política e administrativa promovido pela Corte sediada no Rio de Janeiro.

2.0) O ITINERÁRIO TEÓRICO-METODOLÓGICO:

Em relação à vida de Raimundo José da Cunha Mattos as principais referências são encontradas em diversas publicações ligadas ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, destacam-se o *Elogio histórico do falecido vice-presidente o marechal Raymundo José da Cunha Mattos*, redigido por Pedro de Alcântara Bellegarde. Explorando sua faceta mais militar a obra *Os generais do Exército brasileiro de 1822 a 1889: traços biográficos* de autoria de Alfredo Pretestato Silva. Sobre a atuação de Cunha Mattos na Província de Goyaz a obra referência é de Americano Brasil intitulada *Cunha Mattos em Goiás: 1823 – 1826* que apresenta inclusive a transcrição de parte da correspondência do então governador das armas de Goiás. Outro trabalho bastante rico é o *Instituto Histórico: os fundadores*, redigido por Feijó Bittencourt que propõe uma abordagem ampla analisando Cunha Mattos e o grupo do qual pertencia, com suas alianças políticas e expectativas em relação ao jovem país. Há um trabalho biográfico intitulado *Cunha Mattos, 1776-1836* redigido por Gerusa Soares.

Desta forma, a proposta de pesquisa procura tencionar os embates políticos na Província de Goyaz diretamente relacionados com as motivações comerciais da elite provincial, mediados pelo Governador das Armas Raimundo José da Cunha Mattos contexto que a Província de Goyaz enfrenta a estagnação econômica como desdobramento da decadência da mineração e a formação de uma sociedade agropastoril de subsistência e no plano maior o processo de formação do Estado Imperial.

A obra *Construindo uma Nação no Brasil do século XIX: visões novas e antigas sobre classe, cultura e Estado* o autor Richard Graham realiza um balanço historiográfico em torno do debate se a nação preexistiu antes da constituição do Estado. Neste debate, compartilhamos com Hobsbawn que o Estado surgiu primeiro que a nação.

Para compreender atuação de Raimundo José da Cunha Mattos no cargo de como Governador das Armas na Província de Goyaz entre 1823 a 1826 é necessário debruçar sobre os manuscritos redigidos por Cunha Mattos na forma de correspondências que estão no Arquivo Histórico Estadual de Goiás.

A pesquisa parte do pressuposto que a presença do Governador das Armas na região correspondente a Província de Goyaz acirrou as rivalidades pelo poder entre os membros da elite provincial que manifestaram na forma de embates, tensões e acomodações na esfera política. O que é corroborado pelo artigo da historiadora Martha Victor Viera intitulado *Cunha Mattos em Goiás: os conflitos de jurisdição entre o Governador das Armas e o Governo Civil (1823-1826)* publicado na Revista Territórios e Fronteiras na edição número 5 entre junho a dezembro de 2012; onde a pesquisadora analisa que os conflitos de jurisdição ocorridos entre o primeiro Governador das Armas, Raimundo José da Cunha Mattos e o Governo Cível na Província de Goiás no período de 1823 a 1826 estavam relacionados à crise de autoridade desencadeada após a Independência fomentando as disputas pelo poder entre as elites provinciais. A autora parte do pressuposto que essa região fazia parte da “área de influencia” do Rio de Janeiro.

Ainda na trilha da historiadora Martha Victor Viera para situar o panorama histórico do objeto de pesquisa. No início de 1820, as províncias de norte a sul do país agitaram-se, após tomarem conhecimento da Revolução do Porto e das medidas empreendidas pelas Cortes Gerais Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa. Descartada a possibilidade de

manter os vínculos políticos com Portugal, a partir de meados de 1822, relevando as especificidades e rivalidades locais, dois grupos se destacaram no cenário político nacional: aqueles que aderiram ao projeto independentista e aqueles que permaneceram aliados às Cortes de Lisboa. O primeiro era liderado pelo Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, que formavam o “eixo do sudeste”, enquanto o segundo foi constituído pela Bahia, Pará, Maranhão e Piauí.

As elites das outras províncias, onde as disputas em torno da guerra da Independência foram menos renhidas, oscilavam entre as posições desses dois grupos regionais, os quais possuíam várias “áreas de influência”. As chamadas “áreas de influência”, conforme definida por István Jancsó em *Independência e Independências* capítulo do livro *Independência, História e Historiografia* publicado em 2005 pela Fapesp por meio da editora Hucitec, correspondem às localidades agregadas pelos grandes centros urbanos, os quais, constituindo-se em “espaços de poder e mando”, serviam de referência para as ações e os projetos políticos das classes dominantes.

E estas é a chave para refletirmos sobre as posições divergentes entre a Comarca do Sul e a Comarca do Norte da Província de Goiás, no que se refere a adesão à independência. O sul goiano fazia parte da área de influência do Rio de Janeiro, enquanto o norte, devido às relações comerciais, identificava-se com o Pará e a Bahia.

Esta análise corroborada Martha Victor Viera em certa medida também ecoa na dissertação de mestrado da historiadora Maria do Espírito Santo Rosa Cavalcante intitulada *Tocantins movimento separatista do Norte de Goiás (1821 a 1988)* e na tese de doutorado da mesma pesquisadora intitulado *Tocantins: o movimento separatista do Norte de Goiás*.

A leitura de ambos os textos historiográficos de Maria do Espírito Santo Cavalcante revelam os contrastes inter-regionais que haviam entre o Norte e o Centro-Sul da Província de Goiás nos aspectos geográficos, políticos, econômicos e demográficos a partir do século XVIII identificando as raízes históricas do movimento separatista que culmina na criação do Estado do Tocantins em 1988.

Ciente dessas relações comerciais entre a Comarca do Norte e as Províncias que estabeleciam fronteiras ao Norte, bem como as dificuldades de comunicação com o Centro-Sul da província e o isolamento em relação a Corte sediada no Rio de Janeiro; o Estado

Imperial, em formação após o rompimento com Portugal, temia que Goiás, especialmente a Comarca do Norte, se aliasse às províncias do Pará, Maranhão e Piauí, que se recusavam em obedecer às orientações provenientes do Governo estabelecido no Rio de Janeiro. Questão que era favorecida pela vastidão da província e pelo seu relativo isolamento.

A tese do isolamento está presente no trabalho da historiadora Dalisia Doles intitulado *As comunicações fluviais pelo Tocantins e Araguaia no século XIX*, livro publicado pela Oriente em 1972. Nesta obra, a historiadora demonstra o desejo em ligar o sul da província com o litoral norte por meio da navegação dos rios Araguaia e Tocantins; porém era um projeto fragilizado que surtiu poucos resultados no século XIX.

Recorrendo a documentação da Assembleia Geral Constituinte e Legislativa de 1823 na forma de Diários e Anais, verifica-se nos discursos do deputado e Padre Silvestre Alvares da Silva, ocupando a cadeira da representação de Goiás nos debates constitucionais em 1823, verifica-se o desejo de maior integração entre Província e a sede do governo imperial por meio da construção de pontes ao mesmo tempo em que relatava a dificuldade enfrentada pelos viajantes diante da presença de índios hostis.

E neste cenário marcado pelo isolamento da Província de Goiás e de tensões políticas entre os membros da elite que oscilavam entre favoráveis à causa da independência e a centralização do poder na Corte sediada no Rio de Janeiro e aqueles que olhavam com desconfianças o poder que emanava do Imperador e de certo modo permaneciam fieis as Cortes de Lisboa; que insere a importância da figura do Governador das Armas Cunha Mattos exercendo papel fundamental para o comprometimento destes provincianos com o projeto de centralização política-administrativa do Império.

Portanto, pressupõe que Cunha Mattos de alguma forma contribuiu para a consecução do “pacto político” na Província de Goiás mimetizado pelo projeto centralizador da Monarquia Constitucional responsável pela criação do aparato político-administrativo imperial na esfera provincial.

A projeção da Monarquia Constitucional na Província de Goiás ocorre por meio do ordenamento jurídico dado pelos deputados constituintes na Assembleia Geral Constituinte e Legislativa de 1823 com a Lei de 20 de outubro de 1823 e posteriormente pela Constituição outorgada em 1824 refletindo nas rivalidades pelo poder da elite política da Província de

Goyaz na forma de embates e acomodações. Referimos a criação do conselho da presidência da província, criado por decreto da Assembleia Constituinte de 20 de outubro de 1823, e o conselho geral de província, estabelecido pela Constituição de 1824. Aos poucos o poder “regional” gradativamente assumia contornos através da criação de um aparato que atuaria como “intermediário” no diálogo entre os poderes locais, que até então desfrutaram de ampla autonomia, e o poder central.

Neste cenário político que Raimundo José da Cunha Mattos adquire pertinência ao adotar estratégias político-militares diante da dinâmica político-econômica da região da Província de Goyaz entre 1823 a 1826, contexto de formação do Estado Imperial. Desta forma, pretende-se minimamente discutir os contornos teórico-metodológico da pesquisa histórica a partir das categorias de análise região, poder e elite e suas pertinências para apreender Raimundo José da Cunha Mattos como objeto de investigação histórica.

Partindo do que foi exposto, o objetivo geral da pesquisa é analisar as estratégias militares na dinâmica político-econômica da Província de Goyaz no contexto de formação do Estado Imperial, pós-emancipação política.

E os objetivos específicos são: I) Analisar a atuação político-militar de Cunha Mattos nos embates políticos da elite na Província de Goyaz; II) Analisar a atuação administrativo-militar de Cunha Mattos no aparato militar na Província de Goyaz; III) Analisar a atuação itinerante-militar de Cunha Mattos para a manutenção da unidade político-administrativa da Província de Goyaz.

Para o desenvolvimento da investigação optou-se pelo cruzamento de procedimentos metodológicos diversos incluindo a pesquisa documental, a pesquisa bibliográfica, técnicas paleográficas e a leitura de mapas históricos; de forma concatenada.

A pesquisa documental será realizada nas dependências do Arquivo Histórico do Estado e Goiás, pois conserva as “correspondências” de Raimundo José da Cunha Mattos no período que foi Governador das Armas pela Província de Goyaz entre 1823 a 1826. A coleta de dados neste “corpus” documental manuscrito exige tratamento paleográfico ao proceder, em primeira instância a leitura e a transcrição da caligrafia de Cunha Mattos; paralelamente realizará a catalogação das fontes documentais. Dando continuidade aos procedimentos heurísticos da pesquisa histórica, procederá a organização e classificação dos documentos.

Outro conjunto de documentos que serão submetidos a procedimentos heurísticos semelhantes aos aplicados no tratamento dos manuscritos de Cunha Mattos é “Coleção de Leis do Império” e a “Coleção das Decisões do Governo do Império do Brasil”; documentação bem organizada e classificada cronologicamente encontra digitalizada e a disposição para a consulta na Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados; será tratada apenas a documentação referente ao período 1821 a 1831.

Nesta fase da pesquisa documental, o procedimento metodológico será situar o documento a uma estrutura teórica formada por categorias de análise com base nas referências bibliográficas. Entre as categorias de análise que inicialmente a investigação elenca para formular o objeto de estudo destacam: 1) A categoria “elite” adquire na pesquisa o sentido generalizador de grupo minoritário que ocupa cargos na burocracia provincial, detém a posse da terra, praticam comércio, são escravocratas; 2) A categoria “poder” é entendido de forma generalizada enquanto possibilidade de indivíduos ou grupos atuarem sobre outros indivíduos ou grupos; 3) A categoria de “região” entendida enquanto divisão administrativa do Estado, também assume o sentido de rede de relações político e econômicas que se estabelecem intra-regional e e ente-regional, também assume o sentido de itinerário ou caminhos percorridos.

Por último o procedimento será promover uma circularidade refazendo as etapas metodológicas anteriores confrontando o quadro teórico a partir das referências bibliográficas com o “corpus” documental com o modelo teórico formulado por categorias, buscando dessa forma a construção de categorias analíticas mais precisas.

3.0) CONCLUSÃO:

Concluimos que a historiografia dedicada à compreensão deste processo de formação do Estado e da Nação é ampla. A partir de questionamentos levantados pela manutenção da unidade brasileira frente à fragmentação verificada na América Espanhola, diversas abordagens foram consagradas e traçaram balizas que marcaram as pesquisas voltadas ao assunto, sobretudo, ressaltando um caráter centralizador da monarquia. Dentre estas obras está

a de José Murilo de Carvalho (1980), que defendeu no livro “A Construção da Ordem” a existência de um Estado forte e centralizado forjado por uma elite política portadora de ideologia comum e; aquela defendida por Ilmar Mattos (1994) em “O tempo de Saquarema: a formação do Estado Imperial”, de acordo com a qual, o processo de construção do Estado teria se concretizado através da ação de uma classe senhorial liderada por um pequeno grupo de políticos ativos, os Saquaremas, os quais, mediante a atuação no centro (Rio de Janeiro) transplantaram seu projeto político para as demais regiões do Império.

Nas últimas décadas perspectivas diferenciadas têm sido adotadas, principalmente, sob a influência de novas abordagens da história política. Esta historiografia tem ressaltado que o processo de construção do Estado Nacional foi caracterizado pela disputa entre projetos e grupos heterogêneos; que envolveu distintas esferas de poder; negociações entre o projeto nacional e interesses diferenciados das elites locais/regionais; a manutenção de elementos de referência a práticas políticas e de sociabilidade do Antigo Regime, associados às modificações introduzidas pela nova organização administrativa, entre outras abordagens.

Nesta direção, muitos historiadores têm buscado ressaltar as relações existentes entre e intra as instâncias local, regional e geral e, os olhares têm se voltado para as Províncias e para as diferentes conexões que interligavam os grupos espalhados por elas. Em tal âmbito, podemos mencionar os trabalhos de Miriam Dolnikoff (2005), que revisa a tese de uma elite centralizada, salientando as atuações das elites regionais e os de Maria de Fátima Gouvêa (2008) que analisa a monarquia constitucional através da dinâmica política provincial.

Também podemos referenciar as pesquisas de Ana Rosa Coclet da Silva (2005) que busca perceber as construções identitárias mediante as relações entre díspares alçadas de poder e os de Maria Fernanda Vieira Martins (2007) que analisa o Segundo Conselho de Estado pelo viés dos nexos existentes entre “o pensamento do governo” e os interesses dos grupos dirigentes e das elites que o compunham, alguns dentre diversos estudos. As pesquisas direcionadas à compreensão do relacionamento entre as instâncias de poder regional e geral se centram, sobretudo, em um período posterior ao Ato Adicional de 1834, considerado, não obstante as divergências historiográficas acerca do direcionamento político por ele representado, como ocasião em que, por meios legais, ocorria uma ampliação da autonomia das províncias, com o estabelecimento das Assembleias Legislativas Provinciais.

Por meio deste contorno teórico-metodológico acreditamos ser um caminho possível para apreender Raimundo José da Cunha Mattos como objeto de investigação histórica.

4.0) REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ARMITAGE, Jonh. História do Brasil: desde a chegada da real família de Bragança em 1808 até a abdicação do Imperador D. Pedro I, São Paulo, EDUSP, Belo Horizonte, Itatiaia, 1981.

BARRETO, Vicente. Ideologia e Política no Pensamento de José Bonifácio de A. e Silva, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1977.

BEIGUELMAN, Paula. Formação Política do Brasil, 2ª Ed. ver., São Paulo, Pioneira, 1979.

BELLEGRARDE, Pedro de Alcântara. “Elogio histórico do falecido vice-presidente o marechal Raymundo José da Cunha Mattos”. Revista do IHGB, Rio de Janeiro, 1839, p. 288.

BENTHAM, Jeremy. Uma introdução aos princípios da Moral e da Legislação, São Paulo, Abril Cultura, 1984.

BERTRAN, Paulo. A formação econômica de Goiás. Oriente, 1972.

BERMAN, Marshall. Tudo que é sólido desmancha no ar – a aventura da modernidade, São Paulo, Cia das Letras, 1986.

BOBBIO, Norberto. O conceito de sociedade civil, Rio de Janeiro, Graal, 1982.

BONFIM, Manoel. O Brasil Nação – realidade da soberania brasileira, São Paulo, Topbooks, 1996.

BOSI, Alfredo. Dialética da Colonização, São Paulo, Cia das Letras, 1992.

CÂMARA, Deputados. O poder Legislativo no Brasil – 1823-1973, Brasília, 1975.

CAVALCANTI, Maria do Espírito Santo Rosa. Tocantins: o movimento separatista do Norte de Goiás, 1821-1988. São Paulo: A. Garibaldi, Editora da UCG, 1999.

CARVALHO, José Murilo de. A Construção da Ordem – A Elite Política Imperial, Brasília, EdUNB, 1980.

CARVALHO, José Murilo de. Teatro das Sombras – A Política Imperial, São Paulo, Vértice, 1988.

- CHALLANDES, Jean Philippe. A Patria dos Vencidos – o crepúsculo de um projeto de nação. Brasil 1839 – 1842, Tese de Doutorado, Brasília, UNB, 2002.
- COSTA, Emília Viotti da. Da Monarquia à República – Momentos decisivos, São Paulo, Brasiliense, 1985.
- ELIAS, Norbert. A Sociedade da Corte, Lisboa, Presença Editorial.
- ELIAS, Norbert. O Processo Civilizador – Formação do Estado e Civilização, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.
- GRAHAM, Richard. Construindo uma Nação no Brasil do séc. XIX: Visões Novas e Antigas sobre Classe, Cultura e Estado. Revista Diálogos, DHI/UEM, v. 5, n. 1, p. 11-47, 2001.
- KOSELLECK, Reinhart. Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, Editora PUCRJ, 2006.
- LUSTOSA, Isabel. Insultos impressos: a guerra dos jornalistas na independência (1821-1823), São Paulo, Cia das Letras, 2000.
- MACEDO, Tairone Zuliani de. Império e Região: a dinâmica do processo de independência e a elite política de Goiás (1820-1831). 2004. Dissertação (Mestrado em História) Faculdade de História, Universidade Federal de Goiás, 2004, p.215.
- MARQUES, José Antunes. O Grande Aprendizado: a elite parlamentar e a consolidação do Estado Nacional brasileiro (da abdicação à conciliação). Tese de Doutorado, São Paulo, USP, 2002.
- MELLO, Evaldo Cabral de. Fabricando a nação. In: Um Imenso Portugal: história e historiografia. São Paulo: Editora 34, 2002.
- MELLO, Francisco Ignácio Homem de. A Constituinte Perante a História. In: Octáciano Nogueira (org). A Constituinte de 1823, Centro Gráfico do Senado Federal, 1973.
- MONTEIRO, Tobias. História do Império. A elaboração da Independência, 2ª edição. São Paulo, Edusp, Belo Horizonte, Itatiaia, v.2, 1981.
- PALACIN, Luiz. Goiás: 1722-1822. Oriente, 1976.
- PALACIN, Luiz e MORAES, Maria Augusta Santana de. História de Goiás. Imprensa da UFG, 1975.
- PRADO JR, Caio. Evolução do Pensamento Político no Brasil e Outros Estudos, São Paulo, Brasiliense.

QUEIROZ, Bianca Martins de. Raimundo José da Cunha Matos (1776-1839): “A pena e a espada a serviço da pátria”. Dissertação de Mestrado. Juiz de Fora: UFJF, 2009.

RODRIGUES, José Honório. A Assembléia Constituinte de 1823, Petrópolis, Vozes, 1974.

RODRIGUES, Neuma Brilhante. Nos caminhos do Império: a trajetória de Raimundo José da Cunha Mattos. 2008. Tese (Doutorado em História) Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, 2008. p. 159.

SANDES, Noé Freire. A invenção da Nação: Entre a Monarquia e a República. Goiânia, Ed. da UFG, Agência Goiana de Cultura Pedro Ludovico Teixeira, 2000.

SCHWARTZ, Lílian Moritz. De volta ao passado com as lentes focadas no presente. In: Inaugurando a História e construindo a nação: discursos e imagens no ensino de História. Belo Horizonte; Itatiaia v. 2, 1981.

SILVA, Maria Odila Dias da. A Interiorização da Metrópole. In: A Interiorização da Metrópole e outros estudos. São Paulo: Alameda, 2005

SILVA, Alfredo Pretextato Maciel da - Os Generais do Exército Brasileiro de 1822 a 1889 (traços biográficos) - 2ª edição - Companhia Editora Americana S.A. Rio de Janeiro, 1906.

SOUZA, Iara Liz Carvalho. D. João VI e as vicissitudes do Reino. In: Pátria Coroada - o Brasil como corpo político autônomo 1780-1831. São Paulo: UNESP, 1998.

SOUZA, Iara Liz Carvalho. Pátria Coroada: O Brasil como corpo político autônomo. 1780-1831.

VANHAGEN, Francisco Adolfo de. História Geral do Brasil. Madrid, Impr. De J. del Rio, 1857, tomo II.